



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO (CRESOL): CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO POSTO DE ATENDIMENTO DE LAURO MÜLLER (SC)

Eduardo Gonzaga Bett¹
Dimas de Oliveira Estevam²

RESUMO

A agricultura familiar em sua trajetória tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social. Contudo, muitos são os desafios enfrentados pelos agricultores familiares para acessar ao crédito. As cooperativas de crédito têm se apresentado como possibilidade, tendo na sua concepção ser uma organização mais democrática em comparação ao sistema bancário, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa e de inclusão social. O presente artigo aborda aspectos sobre o crédito rural, a partir de um estudo do posto de atendimento CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural Solidário) do município de Lauro Müller (SC). O procedimento metodológico adotado neste artigo foi o estudo de caso, com base em informações coletadas no referido posto de atendimento, onde se obtiveram informações sobre o número de associados, o volume de crédito concedido, etc. O resultado da pesquisa demonstra a relevância da cooperativa à economia do município, os empréstimos concedidos aos associados, anualmente, representam a receita de um mês da Prefeitura de Lauro Müller. Em termos de quantidade de pessoas atendidas, representa aproximadamente 8% da população de Lauro Müller.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito, Cooperativismo, Participação, Crescimento.

Family farming in its history has contributed to the economic and social development. However, there are many challenges faced by family farmers to access credit. Credit unions have been presented as a possibility, and in its design be a more democratic organization in comparison with the banking system. Thus, contributing to a more just society, with social inclusion. This article discusses aspects of rural credit, from a study of Cresol service station (Cooperative Rural Solidarity Credit) of the municipality of Lauro Müller - SC. The methodological approach adopted in this article was the case study, based on information collected in said service station, where it obtained information on the number of members, the volume of credit granted, among others. The search result shows the importance of the cooperative for municipal economy, the loans granted to members annually, is the recipe a month of city hall. In terms of number of people served is about 8% of the population of Lauro Muller.

KEYWORDS: Credit, Cooperative, Equity, Growth

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Administração, Professor do curso de Administração da Unibave (Centro Universitário Barriga Verde de Orleans – SC). E-mail: eduardobett@bol.com.br

² Doutor em Sociologia Política, Professor do PPGDS (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc). E-mail: doe@unesc.net



A agricultura familiar é a principal fonte de renda para a maioria dos municípios brasileiros. Isso é ainda mais contundente em pequenos municípios, como é o caso de Lauro Müller, o qual concentra suas atividades no meio rural. O município em questão, segundo o Censo Demográfico de 2010, tem 14.367 habitantes e está localizado na mesorregião do sul catarinense.

Contudo, em sua trajetória, o município de Lauro Müller teve como principal fonte de geração de trabalho e renda o carvão mineral. No início do século XX, nesse município foram instaladas as primeiras minas de carvão do Brasil. Conforme os dados dos Censos Demográficos, no ano de 1940 havia 3.200 mineiros no estado de Santa Catarina. Em 1950, passou para 5.500. Já em 1960, alcançou-se a margem dos 5.700. Deste número, só a Empresa Barro Branco de Lauro Müller chegou a empregar aproximadamente 2.500 mineiros, residentes no município e grande parte nas vilas operárias (GOULART FILHO, 2016).

Com o passar do tempo, o carvão entrou em decadência no município e, atualmente, gera poucos empregos na cidade. As atividades agrícolas passaram a se constituir na base de geração de trabalho e renda no município. A agricultura é caracterizada pela pequena propriedade, com força de trabalho basicamente familiar, na qual conta com um contingente de 3.594 pessoas, organizadas em 655 propriedades, totalizando 13.102 hectares utilizados para produção (IBGE 2016). Os dados demonstram que, na média, a área de cada propriedade é aproximadamente 20 hectares.

Mesmo com a importância das atividades agrícolas para o município, tem-se uma política municipal pouco estruturada para valorização da agricultura familiar. Isso acaba contribuindo para a saída de pessoas do campo, optando pelo trabalho na cidade. Nas atividades rurais, assim como em tantas outras áreas, o crédito desempenha uma função fundamental para o desenvolvimento socioeconômico local.

Contudo, para definir agricultura familiar, neste artigo, adotou-se o conceito de Schneider (2003, p. 29), que a define como “[...] uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações onde o trabalho da família assume uma importância decisiva”.



Todavia, nas grandes redes bancárias, o acesso dos agricultores familiares ao crédito é dificultado pela estrutura organizacional burocrática, fazendo com que os agricultores tenham dificuldades de obtê-lo devido às garantias exigidas. As barreiras impostas de acesso ao crédito bancário contribuíram para o surgimento das cooperativas de crédito no país. Essas cooperativas têm por objetivo atender o pequeno produtor que tem dificuldade para financiar sua produção, comprar equipamentos, estruturar a propriedade, etc.

As cooperativas de crédito, desde a sua origem, têm como missão atuar no fortalecimento e no estímulo da interação solidária entre agricultores familiares e suas organizações, por meio do crédito, visando ao desenvolvimento local. O acesso ao crédito é facilitado pela aproximação entre tomadores e poupadores, ou seja, no contato direto, sem intermediação.

Com este intuito, no ano de 2008, foi criado o posto de atendimento da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), no município de Lauro Müller. Desde sua implantação, este posto de atendimento vem ganhando notoriedade e desenvolvendo um trabalho voltado às necessidades de seus cooperados, com a prestação de serviços e a disponibilidade de produtos.

Dessa maneira, o problema que norteia este presente artigo é: verificar de que maneira os objetivos traçados pela CRESOL, no município de Lauro Müller, estão sendo alcançados? Para responder a esta questão, o objetivo geral deste trabalho é analisar a trajetória da CRESOL no município de Lauro Müller.

Como justificativa para elaboração deste artigo, argumenta-se que as atividades agropecuárias têm grande significância para o movimento econômico municipal. Cabe destacar a importância dos seguintes produtos cultivados, em uma escala decrescente de importância econômica: cana de açúcar, fumo, milho e feijão. Também são representativas a produção de mel, de vinho, de cachaça e, nos últimos anos, começou a surgir área de fruticultura e de reflorestamento comercial, bem como a de turismo rural e ecológico, por conta das inúmeras belezas naturais encontradas no território, como é o exemplo da Serra do Rio do Rastro.

O procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso, com fontes secundárias obtidas no referido posto de atendimento, o qual disponibilizou dados sobre o número de associados, o volume de crédito movimentado, entre outras informações.



O estudo de caso, para Yin (2001), é uma estratégia de pesquisa empírica que compreende um método abrangente, em abordagens específicas de coletas e de análise de dados. Pode incluir tanto estudo de único caso quanto de múltiplos casos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. Neste artigo, foram utilizadas fontes secundárias, como relatórios e documentos da CRESOL de Lauro Müller.

A estrutura de estudo consiste em uma construção lógica. De acordo com a qual, a partir de duas proposições chamadas premissas, extrai-se uma terceira, logicamente necessária, chamada de conclusão (BERNI, 2012 p. 48).

O enfoque da pesquisa busca compreender um fato ainda não pesquisado sobre o grupo de empresas, caracterizando, assim, o qualitativo como caminho a ser percorrido pela pesquisa (CRESWELL, 2010). Ainda segundo o autor, uma pesquisa qualitativa tem o foco de explorar e de compreender um só fenômeno, conceito ou ideia, mesmo que no transcorrer do estudo outras relações sejam necessárias, como também os verbos utilizados na parte introdutória, os quais buscam descrever e entender o fenômeno cooperativo, mais especificamente a cooperativa de crédito.

2 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOCIAL E SOLIDÁRIA

O cooperativismo moderno é um movimento social originado em um determinado período do capitalismo, mais precisamente no final do século XVIII e início do século XIX. Segundo Pinho (1966), neste período, intensificou-se o conflito entre capital e trabalho, devido às péssimas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Os trabalhadores da Inglaterra iniciaram um movimento propondo um modelo alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa).

Neste sentido, o surgimento do cooperativismo coincide com a Revolução Industrial. Atraídos pelas novas fontes de trabalho nas áreas urbanas, as fábricas e os trabalhadores do campo migraram para as cidades. O excesso de força de trabalho resultante dessas migrações fez com que as pessoas tivessem que se submeter a ocupações sem as menores condições: longas jornadas de trabalho e baixos salários. Nesse período, mulheres e crianças ingressavam no mercado de trabalho em condições desumanas. Foi a partir dessas condições desfavoráveis à classe



trabalhadora que o cooperativismo encontrou condições prósperas para o seu surgimento.

Propõe-se o cooperativismo como uma alternativa socioeconômica ao modelo de organização individualista do Capitalismo. Busca-se articular, em torno da união das pessoas, uma forma mais solidária, igualitária, com justiça social, a fim de atingir os objetivos de satisfação das necessidades humanas, por meio de resoluções conjuntas aos problemas comuns.

Para Perius (2001), o sistema cooperativista surge das entranhas da sociedade, fruto das grandes crises econômicas e sociais, da premente necessidade dos trabalhadores, na busca de beneficiar toda a coletividade. Por isso, já nesse período, percebe-se características presentes do cooperativismo atual. Historicamente, o cooperativismo surgiu com o Capitalismo, há quase dois séculos, propondo uma nova forma de organização, que se espalhou pelo mundo e atua em todos os setores da economia (FARIAS, 2013).

Em relação à cooperativa, Bulgarelli (2000) a define como um conjunto de pessoas independentes que se associam de forma voluntária, objetivando satisfazer suas necessidades e anseios, sejam de ordem econômica, social e/ou cultural, por meio de uma entidade de propriedade comum, gerida de forma democrática. É reconhecida como o sistema mais justo, participativo e democrático, quando comparado a uma empresa, além de ser indicada, visto que atende aos interesses específicos dos trabalhadores, propiciando o desenvolvimento integral do indivíduo a partir de atividades coletivas.

O sistema cooperativista na agricultura tem por princípios a interação solidária dos agricultores, a democratização e profissionalização do crédito, a direção e gestão dos próprios agricultores, a transparência, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas, ou seja, princípios que buscam a ampliação do acesso a serviços financeiros e a transparência na gestão, contribuindo para o desenvolvimento socialmente justo e não degradante.

Diante disso, para Bulgarelli (2000), o cooperativismo é um movimento social e econômico entre pessoas que têm objetivos comuns de promover o desenvolvimento social e econômico, o bem-estar dos envolvidos, tendo por base os fundamentos da participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Com isso, formaram-se instituições concretas, com elevado teor moral, sendo difundidas por vários países.



Em relação à cooperação, Estevam et al. (2013) afirmam que ela possibilita ganhos importantes aos cooperados, tais como: diminuição de custo operacional, facilidade de acesso ao mercado, fortalecimento da identidade dos participantes e, principalmente, ampliação dos espaços de comercialização da produção e do acesso ao crédito.

O movimento cooperativista tem por objetivo a formação de uma sociedade mais justa e fraterna, com bases democráticas, por meio de atividades que atendam às necessidades dos cooperados. A cooperação busca ampliar a participação da população nos resultados das atividades econômicas. Constitui-se em uma forma alternativa de coordenar a economia, por meio do poder de articulação coletiva dos associados (SINGER, 2002).

As características descritas anteriormente colocam as cooperativas como unidade econômica, espaço de convívio comum e transformadora de seus integrantes, onde cada sócio, por meio da cooperação consciente, começa a operar com seus direitos e deveres, exercitando sua cidadania.

As cooperativas como unidades econômicas e espaços coletivos devem estar sempre articuladas com as questões globais, nacionais e locais, dando ênfase ao desenvolvimento local, pois é no município que o indivíduo exerce mais plenamente a sua cidadania, podendo cobrar e verificar os resultados mais concretamente.

Nas cooperativas, todos são, ao mesmo tempo, sócios, fornecedores, clientes e, às vezes, empregados, independente da modalidade de cooperativa. O movimento cooperativista surgido na Inglaterra transformou-se em alternativa contra a exploração da classe trabalhadora². Enquanto no Capitalismo instituiu-se a competição, as cooperativas estimulam a cooperação. Com a contribuição de inúmeros pensadores da época, formou-se toda a filosofia que embasa o cooperativismo mundial nos dias atuais.

O pensamento cooperativista foi aos poucos sendo elaborado, tendo como base as experiências de ajuda mútua nas relações de trabalho. Ele foi influenciado pelas ideias de justiça e fraternidade dos chamados “socialistas utópicos e libetários” do século XIX, principalmente os franceses e os ingleses, os quais foram os primeiros a imaginar uma sociedade mais justa, por meio de associações

² Existem cooperativas que são utilizadas para terceirizar e subcontratar trabalhadores, marcadas pela precarização das relações de trabalho. Muitas dessas são denominadas de “cooperfraudes”, alvo de denúncias judiciais (SOUZA; SANCHES, 2015).



voluntárias de modificações na organização industrial ou de modificações no regime de trocas (SINGER, 2002).

A cooperativa tem três características básicas: a gestão, a propriedade e a repartição das sobras cooperativas. Para Veiga e Fonseca (2001), também pode ser caracterizada por possuir uma dupla natureza: uma entidade social por ser um empreendimento financiado, administrado e controlado pelo coletivo a serviço dos cooperados, e uma empresa que deve estar voltada ao mercado, na construção de redes de negócios cooperativos, tornando-se o embrião de uma nova ordem econômica e social, de uma nova cultura sem perder a disputa desenfreada do mercado capitalista. Um dos fatores essenciais para o sucesso entre essas duas naturezas da cooperativa é o equilíbrio. Ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação são valores necessários às empresas cooperativas

Em suma, conforme afirma Bulgarelli (2000), a cooperativa é um conjunto de pessoas independentes que se associam de forma voluntária, com o objetivo de satisfazer suas necessidades e anseios, sejam de ordem econômica, social, cultural, por meio de uma entidade de propriedade comum e gerida de forma democrática.

Pela legislação, é permitida a criação de cooperativa em diversos ramos de atividades. Os diferentes tipos representam as atividades desenvolvidas por seus membros no sistema econômico onde estão inseridos. Entre as cooperativas mais comuns estão as cooperativas de produção industrial e agrícola, cooperativas de serviços agrícolas, cooperativas de consumo, cooperativas de crédito e cooperativas de pesca.

As cooperativas são reguladas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas. As cooperativas passaram a ser classificadas de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas ou, ainda, por seus associados. Além disso, são classificadas como singulares, centrais ou federações e confederações (PINHEIRO, 2008).

Neste artigo, como se trata de cooperativa de crédito, dar-se-á ênfase ao tema. As cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedades cooperativas, tendo como objetivo a prestação de serviços financeiros aos seus associados (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas de crédito tornam o acesso ao crédito menos burocrático e mais barato, visto que reduzem os juros bancários, especialmente as taxas de



cheque especial e de empréstimos. Conforme Pinheiro (2008), as cooperativas de crédito diferenciam-se das demais instituições financeiras pelos seus objetivos e pelo público que atendem, em relação aos serviços financeiros (conta corrente, depósitos, seguros e créditos).

As cooperativas de créditos surgiram após a primeira cooperativa de consumo na Inglaterra. Em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundou, na Alemanha, a primeira associação de apoio para a população rural, a qual serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. A primeira cooperativa fundada por ele, em 1864, foi a Associação de Caixas de Empréstimo. As cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e a solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, entre outras. Esse modelo de cooperativa é, ainda, muito popular na Alemanha (PINHEIRO, 2008).

No Brasil, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 1889, é considerada a primeira cooperativa de crédito do país. Para Pinheiro (2008), existe certa controvérsia, pois esta era de consumo; contudo, em seus artigos 41 a 44 de seu estatuto social, estava previsto a existência de uma “caixa de auxílios e socorros”, com o objetivo de prestar auxílios e socorros às viúvas pobres de associados e a sócios que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”. Embora o estatuto dessa sociedade não previsse a captação de depósitos junto aos associados, essa “caixa de auxílios e socorros” guarda alguma semelhança com as seções de crédito das cooperativas mistas constituídas no século seguinte (PINHEIRO, 2008).

Todavia, a primeira cooperativa de crédito brasileira foi criada no município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul: a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente denominada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. Essa cooperativa, do tipo Raiffeisen, continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas de crédito se constituíram um instrumento importante de desenvolvimento em muitos países. Na Alemanha, conforme Meinen (2002), as cooperativas de crédito possuem cerca de 15 milhões de associados, além de responder por aproximadamente 20% de todo o movimento financeiro bancário. Na Holanda, atende a mais de 90% das demandas financeiras rurais. Segundo



Schardong (2002), no conjunto dos países da União Europeia, elas equivalem a 46% do total das instituições de crédito e representavam aproximadamente 15% da intermediação financeira.

No Brasil, os números são bem mais modestos, se comparado aos países desenvolvidos. As cooperativas de crédito no Brasil respondiam, em 2006, por 2,26% das operações de crédito realizadas no âmbito da área bancária do Sistema Financeiro Nacional (SFN), possuindo 2,62% do patrimônio líquido total da área bancária do SFN, atendendo a mais de três milhões de pessoas (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas de crédito são instituições financeiras integrantes do SFN. Segundo Pinheiro (2008), o funcionamento das cooperativas de crédito é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas operações fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), o qual emite os atos normativos. As cooperativas de crédito têm por finalidade a concessão de crédito e a prestação de serviços financeiros a seus associados de forma mais vantajosa, geralmente emprestando a menor taxa, remunerando aplicações a maiores taxas, cobrando menores tarifas e com menores exigências, quando comparadas aos bancos e financeiras, pois não necessitam de grandes estruturas e funcionam com poucos funcionários. Como as cooperativas de crédito ainda não podem ter contas junto ao Banco Central, elas possuem conta junto Banco do Brasil para compensar seus cheques.

Segundo Valadares (1997), as cooperativas de crédito executam atividades de operações passivas, ativas e assessórias. As operações passivas são aquelas relacionadas aos depósitos e à compensação de cheque. As cooperativas só podem receber depósito de seus associados, funcionários e associações constituídas exclusivamente de associados e de funcionários. A compensação processa-se como em um banco normal e os cheques têm aceitação normal na praça. As operações ativas dizem respeito a empréstimos; estes são liberados com taxas mais reduzidas e podem ser repassados de outras instituições para os associados. Os empréstimos podem ser para custeio agrícola e pecuário ou para outros investimentos. As operações assessórias referem-se à prestação de serviços, tais como: pagamento de carnês, impostos, energia, água, etc.

Para uma vasta parcela da população, o sistema bancário brasileiro não contempla essa demanda de baixo poder aquisitivo, que necessitam de créditos e serviços financeiros em pequenas quantias (o que aumenta os custos dos empréstimos e serviços). Além disso, porque essas pessoas têm dificuldades para



atender às modalidades de garantia tradicionais (o que aumenta o risco do crédito, segundo os critérios de avaliação dos bancos), uma vez que normalmente atuam na informalidade. Esses fatores dificultam as pessoas mais pobres a acessarem ao sistema de crédito tradicional (CRESOL, 2016).

Como consequência, essa grande parcela da sociedade não tem acesso ao crédito e a outros serviços financeiros, embora apresentem baixos índices de inadimplência, por exemplo, nas operações de crédito que contratam junto ao comércio. Para fazer frente a esta situação, o governo vem estimulando o cooperativismo de crédito como um mecanismo capaz de possibilitar a esta parcela da sociedade o acesso a tais serviços. Prova disso é organizações que já estão trabalhando com microcrédito (CRESOL, 2016).

Ao incentivar a consolidação e a expansão do cooperativismo de crédito, o governo também espera a redução nas taxas de juros e das tarifas cobradas pelas cooperativas, em função das suas próprias características, quais sejam: cooperativas pequenas, na qual se recomenda não ultrapassar a 1500 sócios; baixo percentual de inadimplência, em torno de 1% dos créditos concedidos; são instituições que operam sem objetivo de lucro; seus depósitos à vista, ao contrário dos bancos comerciais, não estão sujeitos ao depósito compulsório no Banco Central, o que significa que elas dispõem da totalidade desses depósitos para empréstimos, podendo, portanto, cobrar menores taxas de juros e tarifas; o depósito compulsório tem exigência legal do BCB, determinando que uma parte dos depósitos à vista, feitos pela população nos bancos comerciais, vá para o caixa do BCB; o depósito compulsório é remunerado pelo BCB e devolvido depois de um curto prazo de tempo. A parte que sobra para que os bancos possam emprestar é chamada de faixa livre. Por serem muito menores que as instituições tradicionais, seus custos operacionais também são menores, o que possibilita a cobrança de valores menores. São elas responsáveis pelo desenvolvimento local ou regional, pois, ao contrário dos bancos, toda a captação de recursos é obrigada a ser aplicada no município ou na região de abrangência da cooperativa (CRESOL, 2016).

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é resultado da luta de famílias agricultoras por acesso ao crédito e pela participação, como sujeitos, em um projeto de desenvolvimento local sustentável. No final da década de 80, as dificuldades de acesso ao crédito rural, a necessidade de financiar experiências alternativas da agricultura e a luta dos assentados da reforma agrária



nas regiões sudoeste e centro-oeste do Paraná levaram algumas organizações a estruturar um fundo de financiamento para a agricultura familiar, o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) (CRESOL, 2016).

O Sistema CRESOL é uma rede de cooperativas de crédito rural com interação solidária, buscando promover a inclusão social de agricultores familiares, ao facilitar o acesso a produtos e a serviços financeiros. Foi criado com a missão de atuar no fortalecimento e no estímulo da interação solidária entre os agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento, visando ao desenvolvimento local com sustentabilidade (CRESOL, 2016).

No estado de Santa Catarina, influenciados pelas dificuldades vivenciadas pela agricultura familiar, em 1993, agricultores familiares do oeste catarinense buscaram melhorar as condições do crédito e, por isso, constituíram cooperativas em Seara, e posteriormente, em Quilombo e Curitibanos, conhecidas como Cooperativas de Crédito Rurais (CREDIS). Já em 1995, por meio dos fundos rotativos e das cooperativas de crédito criadas por ONGs, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e movimentos sociais de Santa Catarina e do Paraná, agricultores familiares criaram o Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, denominado de CRESOL (FARIAS, 2013).

Concebida pelas próprias organizações da agricultura familiar, a CRESOL constitui-se como uma cooperativa autogestionária, viabilizando o acesso ao sistema de micro finanças para fomentar a produção, principalmente daqueles excluídos do sistema financeiro. Além de ampliar a abrangência e o papel dos fundos, as cooperativas significaram um instrumento de gestão com grande capacidade de intervenção na economia e reconhecimento como instrumento financeiro dos agricultores (KRUGER, 2011).

O Sistema CRESOL tem por princípios a interação solidária dos agricultores, a democratização e profissionalização do crédito, a direção e gestão dos próprios agricultores, a transparência, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas. Esses princípios buscam a ampliação do acesso a serviços financeiros, à transparência e à honestidade na gestão, além de contribuir para o desenvolvimento socialmente justo e não degradante.

A estrutura do Sistema CRESOL combina exigências da legislação regulamentadora do cooperativismo de crédito no Brasil com um processo de horizontalização e descentralização, de forma a permitir o controle social.



A participação dos associados na gestão da cooperativa deve ser estimulada, criando-se ambientes e instrumentos que permitem a eles se expressem e serem ouvidos, principalmente como objetivo de desenvolver o senso de pertencimento, propriedade e capacidade de interferir nos rumos da cooperativa. Para que os associados sejam ouvidos, a cooperativa precisa criar instrumentos ou mecanismos de comunicação e troca de informações, por meio de assembleias gerais, reuniões periódicas e canais de comunicação para recebimento de sugestões e reclamações, com retorno ao associado sobre o andamento de suas contribuições.

Com base nessas perspectivas, o item a seguir, visa descrever a trajetória da CRESOL no município de Lauro Müller.

3. A TRAJETÓRIA DO POSTO DE ATENDIMENTO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LAURO MÜLLER

As atividades do posto de atendimento instalado no município de Lauro Müller começaram em agosto de 2008. Com o desenvolvimento das atividades, buscaram-se novos associados, priorizando os agricultores familiares, com realização de visitas às propriedades e produção de material de divulgação direcionado a este público.

A instalação da CRESOL no município percorreu algumas etapas que são descritas a seguir. Primeiramente, foi estabelecido o contato com o diretor da CRESOL Regional, a fim de realizar palestra de conscientização sobre a importância desta modalidade de crédito no município. Participaram do evento diversas lideranças do município (prefeito, vereadores, presidente do Sindicato do Trabalhadores Rurais, presidente da cooperativa de agricultores, entre outras lideranças), a fim de divulgar o sistema de cooperativismo CRESOL.

Depois desta palestra, foram realizadas reuniões em todas as comunidades rurais para divulgação e motivação à implementação da cooperativa de crédito. Com essa etapa, foi possível reunir as lideranças das comunidades, a fim de escolher as lideranças que ficariam responsáveis para a continuidade do processo de formação e de motivação.

Com novas reuniões realizadas, juntamente com as lideranças escolhidas, foi feita uma visita a uma cooperativa de crédito do sistema CRESOL. O objetivo da visita foi conhecer na prática o seu funcionamento, ter mais subsídios para decidir



sobre a implantação ou não da cooperativa. O passo seguinte, após a decisão da implantação, foi encaminhar ao Banco Central o formulário provando que o município tem potencial e viabilidade de criar uma cooperativa de crédito.

Para concretizar a fundação, foi realizada uma reunião com os interessados para a criação da cooperativa. Em seguida, foi elaborado o estatuto da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e preparada a documentação exigida pelo Banco Central. Nesta assembleia, foi eleita a Diretoria e Conselho Fiscal, a fim de alguns itens fossem definidos, como: a data para iniciar o funcionamento da cooperativa; buscar junto à prefeitura um espaço físico e móveis para o local de funcionamento da cooperativa; selecionar os funcionários e indicar o gerente (geralmente é o presidente da cooperativa); montar equipes para buscar sócios para a cooperativa.

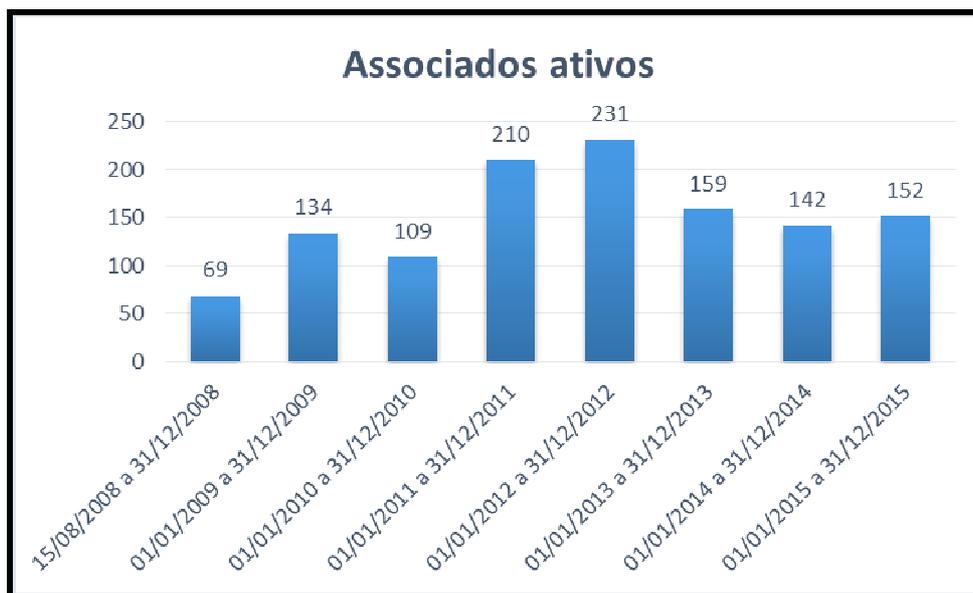
Cabe destacar que a criação da CRESOL no município foi influenciada por diversos fatores, especialmente a dificuldade dos agricultores no acesso ao crédito rural, principalmente para as pequenas propriedades. O sistema de cooperativa de crédito do sistema CRESOL, na sua constituição, tem como prioridade atender os pequenos produtores rurais, fomentando as atividades rurais. É uma instituição que aproxima o rural às linhas de crédito governamentais de baixo custo.

A estratégia de implantação no município alcançou os resultados planejados, isso pode ser observado na Figura 1, em relação ao número de associados, na qual se observa que, entre agosto de 2008 a dezembro 2015, o número de associados já representava cerca de 8% da população de Lauro Müller.

A cooperativa de crédito é regida por uma série de princípios, sendo um deles a associação livre. Compõem o quadro de associados da cooperativa pessoas físicas e jurídicas, sendo que algumas não desenvolvem atividades rurais no município. Na CRESOL de Lauro Müller, aproximadamente 50% dos associados são proprietários rurais que visualizaram a CRESOL como uma instituição capaz de atender às suas demandas, como acesso a financiamentos e a investimentos.



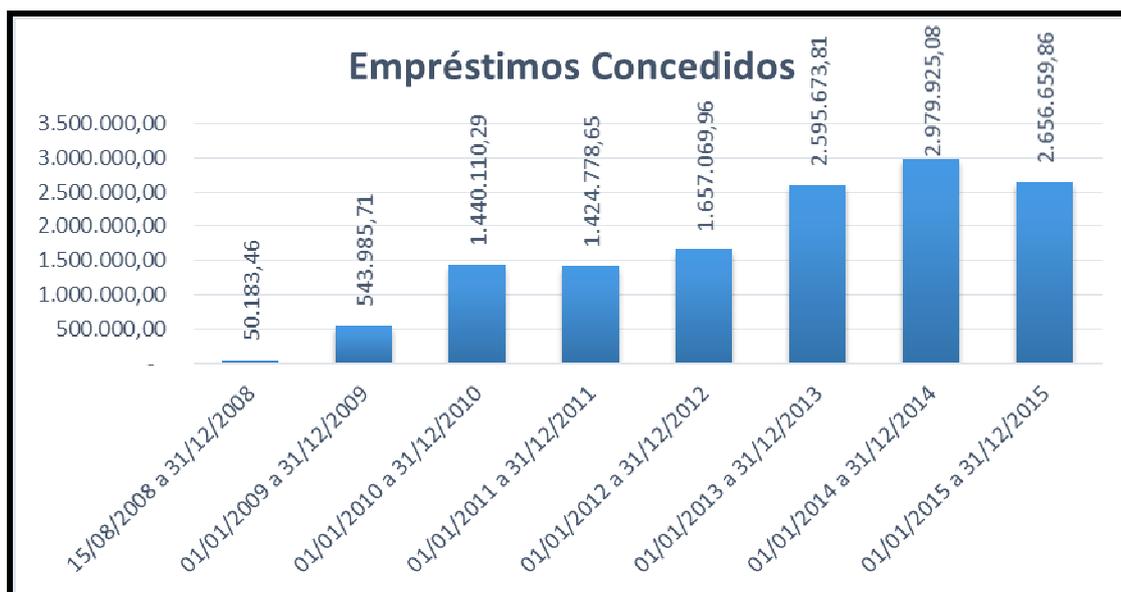
Figura 1: Número de associados ativos



Fonte: CRESOL (2016)

Quando se refere especificamente a empréstimos concedidos aos associados, percebe-se um crescimento significativo do período de fundação até o final de 2015. Foi movimentado pela cooperativa, na economia local, quase 3 milhões de reais anuais. Os números podem ser observados na Figura 2.

Figura 2: Empréstimos concedidos, valores em R\$



Fonte: CRESOL (2016)



Para se ter uma noção dessa movimentação financeira (dos empréstimos concedidos aos associados no período), o montante representa para a economia local praticamente um mês de arrecadação da Prefeitura de Lauro Müller.

Cabe ressaltar que os empréstimos concedidos, na maioria dos casos, foram para pessoas de baixa renda, com o objetivo de solucionar problemas financeiros pontuais, como pagamento de despesas gerais. Outro ponto a ser destacado é em relação ao efeito multiplicador dos recursos concedidos sobre a economia do município, por exemplo: quando um associado contrai um empréstimo, utiliza o recurso para comprar material genético para melhoria do gado leiteiro, ou para melhoria da pastagem, ou para implantação de novos negócios, entre outros, isso impacta diretamente a economia local, o recurso vai se multiplicando a cada vez que é movimentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo de crédito gera emprego e renda na comunidade onde está inserido, funcionando como um banco ao associado, que não é cliente, mas um sócio do próprio financiador. Como em qualquer outra instituição, auferido ao final de cada ano, as sobras são divididas igualmente aos seus sócios, respeitando determinações decididas em assembleia. A participação do sócio é importante para a sobrevivência e crescimento da cooperativa. No entanto, muitos associados tendem a se associar somente quando vislumbram algum tipo de vantagem, deixando de lado o pensamento cooperativo. Às vezes, o associado é imediatista e busca resultados rápidos, os quais muitas vezes não são atendidos. Por isso, as cooperativas de créditos como instituições financeiras devem se organizar para satisfazer as necessidades dele, superar expectativas, convencendo-os a permanecer como sócio, mantendo a existência e o crescimento da cooperativa.

A CRESOL instalada no município de Lauro Müller disponibilizou à sociedade a oportunidade de fazer parte deste movimento que vem crescendo, não só no Brasil, mas em todo o mundo. O volume de sócios tende a ser a cada dia maior, visto a percepção da sociedade para o trabalho desenvolvido pela cooperativa de crédito. O volume de financiamentos é sem dúvida representativo para o município, sem aqui contabilizar o seu efeito multiplicador.



REFERÊNCIAS

BERNI, D. Á. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BULGARELLI, W. **As Sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. 2. ed. São Paulo: Renovar, 2000.

CRESOL. **Cresol Central**. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/a-cresol-central>>. Acesso em: 01 out. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ESTEVAM, D. et al. **Cooperativas descentralizadas: (Re)conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização**. In: Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro, 2013. [CD-ROM].

FARIAS, C. M. **Cooperativismo**. Santa Maria: Rede e-Tec, 2013.

GOULART FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2016: Lauro Müller**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420960>>. Acesso em: 29 set. 2016.

KRUGER, L. **A importância do cooperativismo de crédito para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural: estudo de caso na cooperativa de crédito CRESOL da Boa Vista, no município de São Lourenço do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52454/000819800.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 de set. 2016.

PERIUS, V. F. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 2003, v. 18, n.51, p. 99-121.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



SOUZA, A. R.; SANCHEZ, F. J. B. **Um decenal balanço empírico e político da economia solidária.** In.: Livro de Actas do 1^o Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa: Conlab, 2015.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.